

FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO (FNPJ)  
XIV ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO  
X CICLO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE JORNALISMO  
MODALIDADE DO TRABALHO: Comunicação Científica  
GRUPO DE PESQUISA: Projetos Pedagógicos e Metodologia de Ensino

## **O perfil do egresso a partir das recentes propostas curriculares para o ensino de Jornalismo no Mundo e no Brasil**

**Oswaldo Ribeiro da Silva<sup>1</sup>**  
oswaldoribeiro@globo.com

### **Resumo**

Esta comunicação científica analisa de forma preliminar duas recentes propostas curriculares para o ensino de Jornalismo no Mundo e no Brasil. A primeira feita em 2007 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a segunda, dois anos depois, apresentada por especialistas brasileiros, a partir de uma solicitação do Ministério da Educação (MEC). O objetivo desta análise é identificar qual o perfil profissional do futuro jornalista, sugerido por estas propostas curriculares, tendo como pano de fundo um mundo em crise e em processo de reestruturação, pelo qual o jornalismo também vem passando desde sua pré-história até a atualidade. A hipótese levantada é que as duas propostas curriculares atendem, a partir do egresso das “escolas de jornalismo”, a este cenário incerto e cheio de interesses.

**Palavras-chave:** Currículo. Jornalismo. Ensino. Educação.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2011) orientado pela Prof. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva. Jornalista formado pela (UFMS) em 1995 e especialista em Imagem e Som também pela UFMS (2001), Mestre em Ciência da Informação (UnB, 2006). Atua como professor e coordenador do curso de jornalismo da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande (MS).

## INTRODUÇÃO

Esta comunicação científica tem como objeto a análise preliminar de duas recentes propostas curriculares para o ensino de Jornalismo no Mundo e no Brasil. A primeira feita em 2007 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a segunda, dois anos depois, apresentada por especialistas brasileiros, a partir de uma solicitação do Ministério da Educação (MEC). O objetivo desta análise é identificar qual o perfil profissional do futuro jornalista, sugerido por estas propostas curriculares, tendo como pano de fundo um mundo em crise e em processo de reestruturação, pelo qual o jornalismo também vem passando desde sua pré-história até a atualidade.

Com pouco esforço podemos intuir que os postos de trabalho, as relações sociais e as interações interpessoais sofrem modificações com grande rapidez; que, com bastante frequência, somos forçados a adquirir novas competências, a desenvolver outras habilidades, a mudar rotinas e condutas que eram consideradas normais e típicas até esse momento. (TORRES SANTOMÉ, 2003, p.13).

A hipótese levantada é que as duas propostas curriculares atendem, a partir do egresso das “escolas de jornalismo”, a este cenário incerto e cheio de interesses. Para a UNESCO (2007, p. 37), os jornalistas devem ter “a capacidade necessária para obedecer a prazos de entrega (de matérias e reportagens) e trabalhar individualmente ou em equipe, em organizações e empresas de comunicação ou como *freelancers*”. Segundo o MEC (2009, p.18), os profissionais têm competência para “produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção, e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados”.

Agilidade e rapidez, clareza, rigor e correção são exigências que aparecem ao longo das propostas e parecem refletir as necessidades do mercado de trabalho e as mudanças tecnológicas, que também fazem parte do mundo atual. Segundo Torres Santomé (2003, p. 14):

É imprescindível prestar atenção às trajetórias econômicas, aos modos nos quais o capitalismo está se reestruturando e, sobretudo, à evolução do mundo das comunicações, por meio do vertiginoso desenvolvimento de novas tecnologias informáticas, tanto para adequar os sistemas educacionais quanto

para detectar e compreender o significado das novas reformas educativas destas últimas duas décadas, e das que podem ser realizadas nos próximos anos.

Este alerta é detectado em trechos dos textos das propostas curriculares para o ensino de Jornalismo, tanto da UNESCO quanto da organizada pelo MEC, para revelá-lo como procedimento metodológico será feito o detalhamento das duas propostas ao longo do texto, promovendo uma relação com pesquisadores que escrevem sobre o currículo. Apple (2006, p.53) diz que o currículo nunca é uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo (UNESCO e Governo Brasileiro, a partir do MEC). Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo.

Pacheco (2003, p. 115) complementa a ideia afirmando que uma teoria pública de decisão sobre a construção do currículo pode ser enquadrada nos parâmetros conceituais e parâmetros pragmáticos, ou seja, parâmetros que servem para elucidar os processos e as práticas de construção do currículo nos contextos de influência, de produção dos normativos, da prática escolar, dos resultados e da estratégia política.

O estudo do currículo na formação do jornalista ganha relevância por conta do “esmagador poder de socialização que os meios de comunicação de massa adquiriram” (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 104), dos quais os jornalistas são importantes operadores. Ainda segundo este autor (2001, p. 105):

Os meios de comunicação de massa adquiriram uma nova dimensão com a revolução eletrônica, capaz de transportar a informação em forma de imagens e em tempo real a todos os cantos do planeta. A comunicação e a tecnologia comprimiram o espaço e o tempo de maneira tal que se transforma e acelera o ritmo da mudança no mundo que queremos conhecer e nos meios que utilizamos para conhecê-lo.

Comunicação e Tecnologia estão entre as disciplinas sugeridas, por estas duas propostas analisadas, para a formação escolar do profissional que atuará nestes meios. Jornalista, que segundo Bourdieu (2001, p.16) é “uma entidade abstrata que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o ‘meio de comunicação’. O mundo dos jornalistas é um mundo dividido em que há conflitos, concorrências, hostilidades”.

Para abordar as questões apresentadas acima, este texto foi dividido em três partes que começam apresentando as transformações históricas pelas quais o jornalismo vem passando, relaciona estas mudanças com as propostas curriculares apresentadas recentemente pela UNESCO (2007) e MEC (2009), a partir do perfil do egresso sugerido pelos dois documentos curriculares.

## **1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DO JORNALISMO**

Para escrever sobre o currículo de jornalismo e qual tipo de jornalista estas recentes propostas pretendem é importante apresentar algumas das características que o definem desde sua gênese até o momento histórico atual.

Marcondes Filho (2000, p.10) afirma que:

...o jornalismo é filho legítimo da Revolução Francesa, mesmo constatando que um século e meio antes já houvesse a distribuição de jornais, segundo o autor “em 1631 a *Gazette* de Théophraste Renaudot já tinha todas as características básicas do veículo. Na Europa Central, os predecessores dos jornalistas atuais eram trovadores viajantes, que reportavam e comentavam os acontecimentos do dia nas feiras, mercados e cortes aristocráticas, assim como os mensageiros e os escrivães públicos.

Os editores de livros, administradores de correios, negociantes, diplomatas e outras pessoas de fácil acesso à informação foram os precursores em tempo parcial dos jornalistas. Os primeiros jornalistas-escritores foram os correspondentes dos príncipes governantes, das cidades imperiais, das cidades-estado ou das grandes casas comerciais.

No Século XVI, os assuntos “maravilhosos” e “assustadores” atraíam o maior interesse, e os editores enfatizavam que eram “verdadeiras raridades”. Os primeiros jornais aparecem com regularidade na Alemanha em 1609: *Aviso*, em Wolfenbüttel, e *Relation*, em Estrasburgo. Pouco depois aparecem jornais na Holanda (1618), França (1620), Inglaterra (1620) e Itália (1636). O primeiro jornal publicado diariamente foi o *Einkommende Zeitung* de Leipzig (1650). Estima-se que as tiragens dos jornais do século XVII eram de 100 a 200 exemplares, ainda que o *Frankfurter Journal* tivesse uma circulação de 1500 exemplares em 1680. A publicidade tornou-se cada vez mais importante para a imprensa.

À medida que progredia a divisão do trabalho e os mercados cresciam mais e mais, tornou-se necessário anunciar os produtos publicamente. No século XVII em Paris e Londres nascia a imprensa de inteligência (de *intellegere* = tomar conhecimento) que consistia em páginas especiais de publicidade com uma parte editorial adjunta. Só no século XIX, o jornalismo chegou a ser uma profissão de tempo integral da qual podia sobreviver economicamente na Europa e nos EUA. (KUNCZIK, 2002).

Marcondes Filho (2000) afirma que o chamado primeiro jornalismo nasce quando os alicerces da modernidade entram em colapso: Auschwitz e Hiroshima matam o discurso humanista, o progresso do homem perde para a sedução tecnológica. Torna-se filho legítimo da Revolução Francesa e dos ideais surgidos no Iluminismo. É quando os burgueses, ao tomarem o poder, abrem total acesso aos segredos da nobreza e da Igreja. O primeiro jornalismo é o da iluminação, esclarecimento político e ideológico. Ele marca o fim da crença que o poder emana de Deus. Tudo deve ser exposto, superexposto, logo após a Revolução Francesa. Nesta primeira fase ocorre a ebulição do jornalismo político-literário, cada jornal ressoa um programa político-partidário.

No segundo jornalismo, o Jornal começa a se consolidar como empresa capitalista, já que a transformação tecnológica exige da empresa capacidade de auto-sustentação. O fato marcante é a criação da rotativa que aumenta a tiragem de jornais a partir de 1814. No entanto, o preço caríssimo do processo exigia empresas fortes. A imprensa como negócio impõe-se a partir de 1875 e para sobreviver aposta no valor de troca, ou seja, a venda de espaços publicitários para sobrevivência econômica. Isso ocorre em detrimento do valor de uso, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais. O jornal moderno torna-se pura publicidade, recheada de notícias.

Nesta fase do jornalismo, para chamar a atenção do público consumidor, a notícia, como mercadoria, precisa de investimento para melhorar a aparência: é preciso de manchetes, destaques, reportagens, capa, logotipo. O período faz surgir o mito da transparência: quer tudo explicar, prever, controlar, administrar. Além do “furo” (atualidade competitiva) que daria ao jornalismo um caráter libertário, só que com mais entretenimento.

O terceiro jornalismo é a evolução da empresa capitalista, nesta fase começa a formação de monopólios, conglomerados de indústrias da imprensa. Nos Estados Unidos, o nome de Hearst se destaca, no Brasil, a maior figura é Assis Chateaubriant. As tiragens-monstro de exemplares de jornais são puxadas pelo estilo sensacionalista. Para se ter uma ideia, a imprensa francesa em 1914, distribuía 9,5 milhões de exemplares. Como característica do chamado terceiro jornalismo: TV, rádio e jornal disputam fatias do mercado publicitário. O resultado de tudo isso: fusões. Esta fase é impulsionada pelas grandes mudanças do século XX como o processo de desencanto, quando o Homem deixa de ser privilegiado na evolução e as máquinas ganham força. Ocorre a crise dos meta-relatos: comunismo, socialismo, fascismo, são as utopias em colapso. Não há mais bandeiras, esperança de futuro feliz. “A solução é o neoliberalismo”.

Acresce-se a isso o nascimento de outras indústrias, a de promoção da comunicação, a da consciência, que apresentam a propaganda disfarçada de notícia. Estamos no terceiro jornalismo e no estágio mais avançado da indústria cultural. É o período da inflação de comunicados e materiais de imprensa, que são oferecidos por agentes empresariais, e que se confundem com a informação jornalística. Uma verdadeira overdose.

Marcondes Filho (2000) afirma que hoje o jornalismo vive a sua quarta fase. Neste momento, o agente humano jornalista é substituído pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas. O papel do jornalista como “contador de histórias” entra em cheque quando as tecnologias virtualizam o trabalho jornalístico e interferem radicalmente nos conteúdos. As chamadas novas tecnologias influenciam na relação do homem da redação, o ambiente de trabalho passa para a lógica imaterial da tecnologia, mas também aumenta a sobrecarga de seu trabalho. Se o jornalista fazia uma matéria sem tecnologia, agora produz mais, no mesmo tempo.

No atual jornalismo, o fascínio da imagem contamina os impressos, as páginas precisam ser dinâmicas, os assuntos devem ser curiosos e imagéticos. O jornal impresso passa a abusar de infográficos, fotos rasgadas, sem relação de aprofundamento. Na contemporaneidade a tecnologia imprime uma nova lógica nas relações de trabalho,

uma vez que a publicidade e as relações públicas passam a lutar pelo privilégio da imprensa.

Após 1930, as relações públicas criam *status* de poder público para empresas comuns. Depois da revolução da rotativa, a inovação tecnológica da década de 1970 atinge o ambiente redacional, que sofre sérias mudanças: digitalização, informação facilmente manipulada, disseminada, transformada. A tecnologia digital é inexorável, quem se coloca à margem é tido como ultrapassado.

Nesta fase, o jornalismo tornou-se disciplina técnica, antes que uma habilidade investigativa. O bom jornalista é o que consegue, em tempo hábil, dar conta da exigência de produção de notícias. O futuro do jornalismo se torna ameaçado quando todos podem acessar as fontes originais na Internet, pois o jornalista funciona como mero selecionador de informações. Entra em crise o trabalho atento, cuidadoso, criterioso, lento com o objeto. As principais consequências são a visualidade que substitui literariedade, “notícias fabricadas” tomam lugar dos “fatos reais”, auto-referência midiática e jornalismo minimalista. Mais do que um promotor da informação, o jornalista torna-se um montador, especialista em ícones e dados esparsos.

Hoje o papel do comunicador é simplificar, condensar, escolher e sintetizar, enquanto os objetivos visados pelos titãs da comunicação são tornar-se interlocutores únicos dos cidadãos. Os jornalistas não são mais os únicos a produzir e divulgar informação, pois toda empresa tem a sua forma de disseminar sua imagem, ao emitirem textos completos, estatísticas, resultados, conclusões.

No quarto jornalismo, a informação que era buscada agora chega. Os meios de comunicação falam de si mesmos, constroem um universo, em si próprios. O espetáculo visual torna-se tão importante quanto a informação que a TV transmite. O enfoque dos grandes temas recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal, falta uma análise sistêmica da economia e da política. O jornalismo atual privilegia a notícia curta, de três parágrafos e o processo de produção é de *drops* informativos, mesmo matérias maiores são fragmentadas em *boxes*. A narrativa didática de outrora aumentava a bagagem cultural, o atual estilo dispersa e deprecia a narrativa. Existe o desaparecimento do ambiente humano da redação.

O jornalista Adelmo Genro Filho (1987) constrói uma ampla revisão das abordagens teóricas e práticas do jornalismo, desvendando as limitações dessa atividade tal como foi pensada até agora. Este autor nos mostra que, até hoje, a prática do jornalismo, embora insinue potencialidades e alternativas, baseia-se num conjunto de impressões empíricas. Os profissionais, de um modo geral, não aprofundam uma reflexão sobre a prática jornalística: "eles colocam seu talento, honestidade e ingenuidade a serviço do capital, com a mesma naturalidade com que compram cigarros no bar da esquina". Este autor descreve, ainda, a relação do jornalismo e do capitalismo.

A imprensa só assume um caráter rigorosamente jornalístico quando ultrapassa o seu funcionamento estrito enquanto instrumento de classe. Para Marcondes Filho (1983), com seu "marxismo" diretamente inspirado em Habermas e sob a grande sombra da árvore de Frankfurt, o *capital* é uma categoria que adquire um poder quase místico: o capital possui um espelho mágico que faz o jornalismo aparecer apenas para mirar-se nele e reproduzir as condições da sua acumulação.

A imprensa e o capitalismo "são pares gêmeos" (MARCONDES FILHO, 2000). A imprensa surgiu com o desenvolvimento do capitalismo, mas daí a dizer que são "pares gêmeos" vai uma distância que somente um marxismo diminuído - utilizando o método do "não é mais que" - poderia percorrer. Genro Filho (1987) afirma que a imprensa "não é mais que" fruto do processo de produção capitalista, o jornalismo "não é mais que" a informação transformada em mercadoria. A notícia "não é mais que" uma forma de circulação da ideologia burguesa.

No capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada. Ou seja, de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso fruta será sinônimo de espada. A lógica mercantil complexificou e unificou o mundo dos homens, tornou-o mais dinâmico e universalmente integrado. Ela preside os rumos desse processo em todos os campos da atividade social. Logo, é o econômico que pressupõe e direciona o desenvolvimento das necessidades coletivas da informação em geral e, em particular, do jornalismo. Porém, o modo de produção capitalista não existe apenas para satisfazer os interesses particularistas da burguesia, mas também como um momento da história universal. Uma dimensão significativa da sua existência é permanente e, outra, é precíval e será destruída se forem conquistados o socialismo e o comunismo. (GENRO FILHO, 1987, p. 121).

Assim, as necessidades geradas pelo capitalismo são também moedas de duas faces: uma particular, específica do sistema burguês, e outra universal, que se agrega ao gênero - ou, pelo menos, a um longo período da história posterior. Nesse sentido, o capitalismo implanta uma tal necessidade e possibilidade da informação em termos quantitativos que qualquer sociedade posterior (se não for a barbárie pós-guerra nuclear) necessariamente terá de herdar esse legado.

Em termos qualitativos a questão das necessidades geradas pelo capitalismo se repõe: o capitalismo produziu a necessidade de um gênero de informação - por meio do qual também reproduz as bases econômicas e ideológicas do sistema -, que é precisamente fruto do jornalismo contemporâneo, o qual será herdado por qualquer sociedade que suceder a atual. Depois de reduzir inteiramente a imprensa ao capitalismo, o jornalismo à empresa e a notícia à mercadoria, Marcondes Filho (1983) é compelido a sugerir a possibilidade de extinção do jornalismo.

Difícilmente pode-se imaginar a atividade jornalística, nascida no núcleo e dentro da lógica do modo de produção capitalista, como algo muito distinto dele. Ela só existe pelo menos nos termos que conhecemos hoje - transformando informações em mercadorias e colocando-as transformadas, alteradas, às vezes mutiladas segundo orientações ideológico-políticas de seus artífices, à venda. Neste sentido ela é estruturalmente montada como empresa capitalista e desaparece com a supressão das condições de sobrevivência do capital.

A transformação da imprensa em capitalismo, do jornalismo em empresa e da notícia em mercadoria, seria mesmo o fim? E o perfil do profissional formado? Estas são algumas das perguntas possíveis de serem feitas ao campo do jornalismo.

## **2 RESPOSTAS CURRICULARES AO ATUAL JORNALISMO**

Respondendo a essas características do mercado de trabalho, mas também às movimentações globalizadas e interesses localizados, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propôs, recentemente, um modelo curricular para o ensino do jornalismo em nível mundial, sugerindo que o documento seja referencial para o ensino na área, principalmente, nos países em desenvolvimento e nas democracias emergentes. Essa proposição está ancorada no reconhecimento do papel crucial do jornalismo na promoção da democracia, o que tem gerado uma demanda urgente por jornalistas formados com qualidade.

A proposta da UNESCO (2007, p.06) é resultado de uma reunião realizada em Paris, no ano de 2005, com educadores da área de vários lugares do mundo com a responsabilidade de avaliar as linhas mestras de um currículo para o ensino de jornalismo, que fosse possível de ser adotado nos países em desenvolvimento e democracias emergentes. A iniciativa foi resposta aos pedidos de orientação feitos à UNESCO por países-membros que desejavam implantar cursos de jornalismo em seus sistemas educacionais. A proposta discutida na França foi apresentada dois anos depois durante o primeiro Congresso Mundial de Educadores em Jornalismo, realizado em Cingapura.

A outra resposta ao atual jornalismo e às necessidades de formação do jornalista foi dada pelo Governo Brasileiro, por meio do MEC, a partir de mais uma proposta curricular. Em 2009, a Comissão de Especialistas nomeada pela Portaria MEC-SEU 203/2009 recebeu do Ministério da Educação, a missão de repensar o ensino de Jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação. De acordo com o documento, este processo é um fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual o Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os cidadãos e formando as correntes de opinião pública.

A comissão foi empossada no dia 19 de fevereiro<sup>2</sup>, a primeira decisão foi ouvir anteriormente a sociedade e para tal realizaram-se três audiências públicas, abertas à participação de todos os agentes dos processos jornalísticos. Os cidadãos interessados na questão também tiveram oportunidade de encaminhar recomendações, uma vez que foi aberta uma consulta pública, realizada pelo portal do MEC, na Internet, para o recebimento de sugestões de todos do território nacional.

Às ideias e demandas captadas nas audiências públicas agregou-se a revisão do conhecimento existente sobre o ensino de jornalismo, na literatura nacional e internacional, conteúdos que embasaram substancialmente tanto o diagnóstico do cenário atual quanto os argumentos utilizados para justificar as mudanças.

---

<sup>2</sup> Sob a presidência do professor José Marques de Melo e integrada por Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virgínia Moreira.

Mas, enquanto se processava o trabalho da comissão, alguns fatos novos alteraram o cenário nacional, modificando o rumo da proposta. De um lado, a decisão do Supremo Tribunal Federal, revogando a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional; de outro, a nova regulamentação do mestrado profissional, anunciada pela CAPES e publicada no Diário Oficial da União.

Sobre o cenário, a Comissão entendeu que esses instrumentos legais balizavam o atendimento a demandas específicas, no sentido de aperfeiçoar o ensino de jornalismo, valorizar a profissão e qualificar ainda mais os aspirantes ao seu exercício. Isso contribuiria também para o aperfeiçoamento da restauração do estágio supervisionado, que correspondia à antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a interação da universidade com o setor produtivo.

### **3 O PERFIL DO PROFISSIONAL PREVISTO NAS RESPOSTAS CURRICULARES**

De acordo com a UNESCO (2007, p.07) os estudantes de jornalismo deviam aprender sobre a história do jornalismo, a legislação da comunicação e da informação e sobre a economia política da mídia (incluindo tópicos como propriedade dos meios, estrutura organizacional e competição). Os cursos deviam ensinar como cobrir questões sociais e políticas de importância particular para o próprio país por meio de disciplinas ministradas em parcerias com outros departamentos da faculdade, ou universidade.

Pacheco (2003, p. 116) afirma que como qualquer política:

o currículo é dependente de regras formais e informais fortemente interiorizadas nos diversos níveis de decisão, os parâmetros pragmáticos permitem a clarificação e sistematização de um dado projeto de formação que tem na sua arquitetura ideias derivadas das lógicas curriculares, entendidas não na perspectiva de uma política linear e consensual, mas na base de uma política que envolve diversidades e conflitos. As lógicas curriculares correspondem a opções concretas e a sua distribuição, em termos de influência no processo de construção de políticas, refletem interesses, valores, princípios e regras que, em um dado momento, são dominantes ou não.

Para a UNESCO (2007, p.08), o ensino de jornalismo deveria garantir aos estudantes a aquisição de gerais amplos, bem como conhecimento especializado em um campo que fosse importante para o jornalismo. Deveria também assegurar que os alunos desenvolvessem – ou tivessem como pré-requisito - habilidades linguísticas

necessárias para o trabalho, incluindo, onde se fizesse necessário, a habilidade de trabalhar com línguas indígenas ou vernáculos locais. Os estudantes também deveriam estar preparados para se adaptar ao desenvolvimento tecnológico e as outras mudanças nos meios de comunicação.

Neste sentido Pacheco (2003, p. 116 e 117) registra que:

o currículo está relacionado com certas práticas sociais e com interesses que, em um dado momento histórico e em um momento particular de construção do conhecimento, são globalmente aceitos para a formação do aluno. Porque o currículo é marcado pela complexidade, pensamos que os parâmetros da democratização, da deliberação, do conflito e da integração sejam os que nos permitam aceitar que toda e qualquer proposta curricular para a escola pública (que é para todos) seja um projeto amplo, que só se torna válido pela rejeição da ideia de que existe um único caminho para a sua concretização.

No perfil do egresso das “escolas de jornalismo”, segundo a UNESCO (2007, p.10), a ideia era formar profissionais que dispusessem de um leque de competências exigidas e, que, além disso, contassem com saberes e capacidade de reflexão, como o substrato da cobertura jornalística e a análise exigida em qualquer ramo do jornalismo.

Este modelo curricular enfatizava o desenvolvimento intelectual e as competências necessárias para a cobertura e a apuração jornalística e a redação de matérias, ao invés de uma subespecialização nos diversos tipos de mídia. Sugeria ainda que o desenvolvimento intelectual, iniciado nas universidades sobre fundamentos do jornalismo, continuasse não somente nos cursos de jornalismo, mas também nos cursos de humanidades e ciências, que poderiam se tornar um campo de especialização para os estudantes universitários.

As propostas curriculares organizadas pelo MEC (2009, p. 16 e 17) indicam que o egresso do curso de jornalismo seria o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta o capacitava a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos fundamentos teóricos e técnicos especializados. Dessa forma teria clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior

da Comunicação. O documento apresentava, para tanto, uma lista de competências, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos.

De acordo com Apple (2006, p. 101) uma das maneiras pelas quais as escolas são usadas para propósitos hegemônicos está no ensino de valores culturais e econômicos e de propensões supostamente “compartilhadas por todos” e que, ao mesmo tempo, “garantem” que apenas um número determinado de alunos seja selecionado para níveis mais altos de educação por causa da sua “capacidade” em contribuir para a maximização da produção de conhecimento tecnológico de que a economia necessita.

Nesta direção foram elencadas pela proposta, encaminhada ao MEC (2009, p.17), várias competências para o egresso de jornalismo, divididas em conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos. Entre as competências gerais estavam compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado da civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento; o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável; conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística.

Levin (1977) citado por Apple (2006, p. 76) diz que:

as políticas educacionais que têm como alvo a resolução de dilemas sociais que surgem do mau funcionamento das instituições econômicas políticas e sociais da sociedade não se solucionam por meio de políticas educacionais e de reformas. Os instrumentos de que dispõe o mais benevolente reformador educacional e especialista em políticas de ação estão limitados pela falta de um público para a mudança e pela força avassaladora de um processo educacional que se move em direção à reprodução social da forma de governo existente. Há um resultado deletério em nossos esforços quando as tentativas educacionais para mudar a sociedade tendem a tirar sua atenção do foco do problema pela criação e legitimação da ideologia, segundo a qual as escolas podem ser usadas para resolver problemas que não se originam no setor educacional.

Na proposta do MEC (2009, p.18), o egresso do curso de jornalismo:

deveria identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade; distinguir entre o verdadeiro e falso a partir de um sistema de

referências éticas e profissionais; pesquisa, selecionar e analisar informações em qualquer campo de conhecimento específico; dominar a expressão oral e a escrita da língua portuguesa; ter domínio instrumental de pelo menos dois outros idiomas, preferencialmente inglês e espanhol, integrantes do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido; interagir com pessoas e grupos sociais de formação e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade; ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas; saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação; pautar-se pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos; cultivar a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade com relação ao conhecimento; possuir abertura para compreender que o aprendizado é permanente; saber conviver com o poder, a fama e a celebridade mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação aos mesmos; perceber constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico com relação a eles; procurar e criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais; - atuar sempre com discernimento ético.

Para Apple (2006, p. 131), os domínios científicos são apresentados como corpos de conhecimento (“quês” e “comos”) na melhor das hipóteses organizados ao redor de determinadas regularidades, quase nunca são examinados seriamente como uma construção pessoal dos seres humanos. Uma ciência não é “apenas” um domínio de conhecimento ou técnicas de descoberta e de formulação de justificações; é um grupo ou grupos de indivíduos, uma comunidade de estudiosos que buscam realizar projetos no mundo. Com frequência, o conflito é gerado pela introdução de um paradigma novo e em geral bastante revolucionário que desafia as estruturas de significados previamente aceitos, dividindo em geral a comunidade. Os conflitos dizem respeito aos modos de se chegar ao conhecimento que era considerado propriamente científico, aos fundamentos que servirão de base para a ciência. Também dizem respeito a situações como as de interpretações conflitantes de dados, com quem primeiro descobriu tal coisa e com muitas situações.

Segundo Pérez Gómez (2001, p.117), a inevitável tendência econômica à globalização e à imposição universal de modelos de vida, de pensamentos, de sentimentos e de ação, transmitidos reiterada e sedutoramente através dos poderosos meios de comunicação de massa, assim como a exigência da economia liberal de derrubar quantas barreiras materiais simbólicas ou ideológicas cruzem no caminho do livre intercâmbio para a obtenção do benefício, conduziram progressivamente à formação de uma amorfa e anônima ideologia social de ecletismo trivial e vulgar, a qual, de modo acrítico e amoral, admite o princípio do “vale-tudo” se posteriormente serve ao objetivo da rentabilidade pessoal, grupal ou nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise preliminar das duas propostas curriculares para o ensino de jornalismo no Mundo (UNESCO, 2007) e no Brasil (MEC, 2009) é possível afirmar que tanto uma quanto outra atendem ao mercado de trabalho, com todas as alterações tecnológicas que este tem passado, bem como às transformações históricas que o campo do jornalismo, desde sua pré-história até a atualidade, sofreu para continuar sobrevivendo.

As reconfigurações globais e do capital também vêm interferindo neste cenário, em que as empresas de jornalismo têm tentado se adequar. As tecnologias de comunicação e informação como ferramentas de trabalho do jornalista são ingredientes importantes e, especificamente, no Brasil, a situação ficou complicada por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), revogando a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional.

Mas como a proposta do MEC (2009) ocorreu durante o processo, os responsáveis pelo documento tiveram o cuidado de se posicionar quanto à questão, vendo o lado positivo da decisão. Pois segundo a comissão de professores brasileiros, o novo cenário deve aperfeiçoar o ensino de jornalismo, valorizar a profissão e qualificar ainda mais os aspirantes ao seu exercício. Outra contribuição seria o aperfeiçoamento da restauração do estágio supervisionado, uma antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a interação da universidade com o setor produtivo.

A proposta curricular organizada pela UNESCO (2007), apresenta semelhanças com a do MEC (2009), e responde não só ao Brasil, mas às outras chamadas democracias emergentes e ao entendimento do papel fundamental do jornalista nestes processos. Mesmo o perfil dos egressos propostos pelas duas serem bastante próximos. Eles seriam, após a formação em nível superior (na maioria das vezes, mesmo prevendo sugestões para os cursos profissionalizantes), em resumo, capazes de atender de forma ética e responsável, por conta de um processo formativo consistente e humanista à

determinadas circunstâncias do dia a dia do mercado de trabalho e expectativas da sociedade, atingida pelos conteúdos jornalísticos.

Nesta linha de análise, as propostas curriculares na perspectiva da Educação, a partir dos autores especialistas no tema, abarcam todas as prerrogativas de uma organização curricular escolar. Fica claro que as propostas curriculares não são neutras, partem de uma tradição seletiva feita por alguém ou algum grupo e são produzidas pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos de um povo. (APPLE, 2006, p.53). E, ainda, que os parâmetros, usados na construção deles, servem para elucidar os processos e as práticas de construção do currículo nos contextos de influência, de produção dos normativos, da prática escolar, dos resultados e da estratégica política. (PACHECO, 2003, p.115).

O jornalista completo deve receber na universidade habilidades para poder exercer qualquer área que escolher trilhar. Deve receber teoria, prática e experimentar, aprender com tudo e rediscutir com o seu professor. Deve concordar e discordar. Fazer e pensar jornalismo. Deve sofrer quando o diploma é suspenso e entender por que alguns profissionais obtiveram o direito de exercer a nossa profissão sem passar pela academia. Deve refletir quando um colega de sala, que começou a fazer um estágio (mesmo que essa modalidade ainda não tenha sido devidamente regulamentada), chegar ao corredor e dizer que aprendeu mais em dois meses no estágio do que em quatro anos de curso.

O futuro jornalista completo deve pensar a respeito de aceitar o que o mercado impõe como referência. Importante para ele é discutir o que o mercado quer e o que a Universidade oferece, ou vice-versa. Sentar e conversar. O futuro jornalista deve entender as características destes meios de comunicação de massa. Deve ainda ter habilidades técnicas para operar todas as máquinas que cercam o trabalho dele. Além disso deve usar essas mesmas habilidades para não se tornar escravo das máquinas e suas receitas simples de serem colocadas em prática. Este mesmo profissional pode ouvir elogios e críticas, mas não deixar que os erros sejam os referenciais ou que estraguem todo o trabalho da sua equipe.

Os perfis dos egressos dos cursos de Jornalismo terão que responder a todas essas tensões que a sociedade atual vive, assim como eles, todos que fazem parte do

processo terão que se adequar às necessidades e exigências sociais, políticas e econômicas de desenvolvimento. O momento de adequação do campo jornalístico parece fomentar a produção de propostas curriculares para delinear os caminhos que serão percorridos na formação de um importante personagem da história. Portanto é essencial pensar na formação destes atores sociais e definir, cada vez mais, o que estará na pauta do ensino dos jornalistas, que futuramente vão operar um campo tão determinante para sociedade, em que as forças neoliberais e neoconservadoras estão no comando, além do processo de reconfiguração do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Portugal: Celta, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Portaria n. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Relatório da Comissão de Especialistas. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf)

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo, Hacker, 2000.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo cultural, o grande vilão na destruição da "nossa" cultura**. In: *Revista Comunicação & Sociedade*. São Paulo, Cortez/IMS, jun. 1983.

\_\_\_\_\_. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação de Artes da Universidade de São Paulo. Set. 1983.

PACHECO, José Augusto. **Políticas Curriculares**: referencias para análise. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PÉREZ GOMÉZ, A.I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TORRES SANTOMÉ, J. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO. **Modelo curricular para o ensino de jornalismo**. Paris: UNESCO, 2007.